

**TERRITÓRIOS COSTEIROS: COMO COMUNIDADES RIBEIRINHAS,
INDÍGENAS E QUILOMBOLAS SÃO AFETADAS PELAS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS.
ODS 13**

Bianca Soares Vieira dos Santos (ETEC João Gomes de Araújo)
Enrico Roberto Oliveira Lucio (ETEC João Gomes de Araújo)
Manuela dos Santos Vitorino (ETEC João Gomes de Araújo)
Mariana Lara da Silva Simão (ETEC João Gomes de Araújo)
Isaura Maria dos Santos Fortes (ETEC João Gomes de Araújo)
Ricieri Ramos dos Santos (ETEC João Gomes de Araújo)

Os territórios costeiros brasileiros, ocupados por comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, possuem relevância histórica, social e ambiental, sendo fundamentais para a preservação da biodiversidade e para a manutenção de práticas culturais. No entanto, as mudanças climáticas vêm causando impactos cada vez mais evidentes e preocupantes nessas regiões, resultando em transformações que afetam diretamente o modo de vida dessas populações. Fenômenos como a elevação do nível do mar, a intensificação da erosão costeira, alterações nos regimes de chuvas, além da diminuição da biodiversidade marinha e terrestre, ameaçam a segurança alimentar, a economia local e a permanência das comunidades em seus territórios tradicionais. O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma tais impactos se manifestam e quais estratégias de adaptação e resistência estão sendo desenvolvidas. O método de pesquisa utilizou abordagem de caráter exploratório, com análise de dados climáticos e socioeconômicos e foram também considerados referenciais teóricos voltados à justiça climática, à sociologia ambiental e aos direitos territoriais, permitindo compreender o contexto mais amplo de vulnerabilidade e desigualdade que potencializa os efeitos das mudanças climáticas sobre essas populações. Um exemplo é a comunidade indígena Guarani Mbya, que habita a Terra Indígena Jaraguá em São Paulo, enfrenta desafios ambientais que se intensificaram com as mudanças climáticas. Por estarem em uma área de Mata Atlântica fragmentada, as comunidades observam um aumento na frequência de chuvas extremas, que provocam deslizamentos de terra e afetam as moradias e as áreas de plantio de milho e mandioca. Ao mesmo tempo, períodos de estiagem prolongada se tornaram mais comuns, secando riachos e dificultando o cultivo.

Para enfrentar esses problemas, as lideranças indígenas, têm buscado formas de fortalecer seus conhecimentos tradicionais e combiná-los com novas estratégias. Eles criaram hortas comunitárias em áreas mais elevadas e seguras, longe das encostas, usando técnicas de manejo do solo que aumentam a

retenção de água. Além disso, a comunidade tem trabalhado na recuperação de nascentes e matas ciliares, plantando espécies nativas para proteger os rios e garantir o abastecimento de água mesmo em tempos de seca. Os resultados indicam que, apesar de enfrentarem múltiplos desafios, essas comunidades têm desenvolvido iniciativas de adaptação, como sistemas de monitoramento ambiental comunitário, recuperação de áreas degradadas e ações coletivas em defesa de seus territórios. No entanto, tais estratégias de resistência têm sido construídas quase sempre de forma solitária, sem o devido apoio do Estado. A ausência de políticas públicas eficazes, o descaso governamental e a negligência histórica em relação aos povos tradicionais ampliam as desigualdades. Dessa forma, a responsabilidade pelos impactos não pode ser atribuída apenas às mudanças climáticas, mas também a um modelo de governança que insiste em ignorar a urgência da justiça climática e a necessidade de proteger quem há séculos preserva o patrimônio ambiental e cultural do Brasil.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Territórios costeiros; Comunidades tradicionais;